



DIREITO A SAÚDE: A NECESSIDADE DA JUDICIALIZAÇÃO PARA GARANTIR O ACESSO A MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO NO TRATAMENTO DO CA DE MAMA

Autor(es)

Pollyanna Cristina Martins De Zalazar
Eunice Basílio Marques

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASILIA

Introdução

A crescente judicialização da saúde em Pernambuco revela-se como uma via predominante o acesso aos Medicamentos de alto custo Antineoplásicos para o Tratamento do CA de Mama (MATCAM). Observou-se um aumento significativo no número de ações judiciais por medicamentos que não são fornecidos pelo sistema público de saúde. Esses resultados evidenciam falhas na assistência oncológica e na coordenação entre Poder Judiciário e Executivo. (BRITO, 2020) Simultaneamente, a análise nacional revela uma demanda crescente por assistência judicial na garantia de acesso a tratamentos, destacando a responsabilidade civil do Estado e o papel crucial dos defensores na defesa dos direitos dos pacientes. A disponibilização do trastuzumabe pelo Ministério da Saúde em São Paulo representa um avanço. Faz se necessário políticas públicas eficazes e parcerias estratégicas para garantir o acesso equitativo a tratamentos de alta qualidade para todos os pacientes, independentemente de sua condição socioeconômica.

Objetivo

: Apresentar a judicialização do direito à saúde como o acesso a medicação de alto custo para o tratamento do CA de mama. Muitos são os desafios legais e éticos enfrentados pelas autoridades de saúde, pacientes e profissionais jurídicos. Buscaremos por soluções que garantam o acesso a um tratamento eficaz, respeitando os princípios da justiça social e da sustentabilidade do sistema de saúde.

Material e Métodos

Este artigo realiza uma revisão bibliográfica sobre judicialização em saúde. Demonstra a necessidade da judicialização para garantir acesso a medicação de alto custo no tratamento do ca de mama. A metodologia utilizada foi a descritivo-analítico-reflexiva. Os descriptores foram: judicialização da saúde, câncer de mama e medicação de alto custo. Tomou-se como questão geradora da busca: como se apresenta a produção científica sobre judicialização na saúde no Brasil nos casos de ca de mama com tratamento de medicação de alto custo? Utilizou-se como critérios de inclusão estudos realizados no Brasil de 2020 a 2024, em português, que tratam da judicialização de medicamentos para tratamento do ca de mama e como critérios de exclusão publicações referentes a artigos de opinião e estudos realizados fora do período para a busca.



Resultados e Discussão

Este estudo revela a crescente judicialização da saúde em Pernambuco para se ter acesso a medicamentos antineoplásicos. Muitos medicamentos essenciais não são fornecidos pelo sistema público. Apontam-se falhas na assistência oncológica e falta de coordenação entre Poder Judiciário e Executivo na garantia de tratamentos essenciais para pacientes com CA de mama. (BRITO, 2020) A judicialização da saúde aumenta, refletindo a luta dos pacientes por tratamento. Defensores desempenham papel vital na busca por acesso equitativo aos serviços de saúde, revelando a importância do direito à saúde como questão de justiça social. (GUIMARÃES, 2021) O acesso ao trastuzumabe é importante para pacientes com ca de mama HER2 positivo. Após disponibilização pelo Ministério da Saúde de SP reduziu-se a busca judicial. Discutem-se os impactos da exclusividade farmacêutica e a importância de políticas públicas para garantir tratamentos equitativos. (CASTRO, 2020)

Conclusão

A judicialização crescente da saúde reflete desafios no acesso a tratamentos essenciais, como medicamentos oncológicos. Falhas na coordenação entre instituições e a dependência da via judicial evidenciam lacunas na assistência. A disponibilização pública de medicamentos como o trastuzumabe marca avanços, porém, a exclusividade farmacêutica ainda é uma barreira. A busca por políticas públicas eficazes e parcerias estratégicas é vital para garantir equidade no acesso aos tratamentos contra o câncer, promovendo justiça social e dignidade.

Referências

BRITO, Simone Amorim. Judicialização por medicamentos antineoplásicos para o tratamento de câncer de mama no estado de Pernambuco. 2020. 93 p: Dissertação, (Mestrado Profissional em Saúde Pública) -Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2020.

GUIMARÃES, Bianca Augusto. DIREITO À SAÚDE: UMA PERSPECTIVA JURÍDICA NA LUTA CONTRA O CÂNCER. PUC GOIÁS, Goiânia, 2021.

CASTRO, Aila Mabla Azarias. O impacto de políticas públicas no acesso ao trastuzumabe para o tratamento de pacientes com câncer de mama em um Hospital Universitário. Ueta, Julieta Mieko (Catálogo USP), Ribeirão Preto, 2020.

FREITAS, Daniel Castanha. Direito Fundamental à Saúde e Medicamentos de Alto Custo. Belo Horizonte, Editora Fórum Ltda, 1 ed. 2018

AFONSO, Igor Vinícius de Lima, A Judicialização da Saúde e o Fornecimento Público de medicamento pelo SUS, Uberlândia, Editora THOTH, 1 ed. 2022

